

Nas áreas que sofrem maior influência das técnicas, como a História da Arte, a Arquitetura e o Urbanismo, há abundantes publicações, principalmente sob a forma de artigos, discutindo técnicas de restauração, realização de inventários, formação de mão-de-obra e descrições de trabalhos realizados pelas instituições encarregadas de preservação pelo mundo.

Leila Bianchi Aguiar

Reflexões sobre estados nacionais e a criação das agências de preservação dos patrimônios culturais

Reflections on national states and the creation of cultural heritage protection agencies

LEILA BIANCHI AGUIAR*

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a criação dos órgãos de preservação dos patrimônios culturais no mundo, a partir do fortalecimento dos Estados nacionais. Toda nação moderna possui representações próprias ou produtos culturais que se originaram a partir de processos históricos de disputas entre grupos que procuram a todo momento impor suas visões sobre a nação aos demais. A partir das recorrentes imagens das identidades e símbolos nacionais, verifica-se um processo de naturalização dessas representações. A análise da criação e manutenção dos patrimônios culturais nacionais exige a apropriação de alguns conceitos, presentes em estudos sobre memória, nacionalismo e patrimônios históricos e artísticos nacionais. As práticas de tombamento e fiscalização permanentes, executadas pelas agências de preservação, constituem um rico objeto de análise para todos os que desejam compreender o complexo processo de construção de narrativas sobre o passado, através da materialização das histórias nacionais.

Palavras-chave: Estados nacionais. Patrimônios culturais. Memória social.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the creation of cultural heritage preservation organs throughout the world, as part of the process of strengthening National States. Every modern nation has its own representations or

* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil; Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil e do Mestrado Profissional em Ensino de História. Pesquisadora do Núcleo de Documentação, Memória e História da Unirio. Email: leila.aguiar@unirio.br

cultural products that originated from historical processes of disputes between groups seeking at all times to impose their views on the nation to the other. From the recurring images of identities and national symbols, there is a process of naturalization of these representations. The analysis of the creation and maintenance of national cultural heritage requires the appropriation of some concepts present in studies on social memory, nationalism and national historical and artistic heritage. The practice of listing and permanent inspection, carried out by conservation agencies, constitute a rich problem to be analyzed for all who wish to understand the complex narrative process of the construction of narratives and in the materialization of national histories.

Keywords: National states. Cultural heritage. Social memory.

Considerações iniciais

É legítimo afirmar que todos os grupos sociais, independentemente do número de integrantes ou ainda do território que ocupam, possuem tradições, costumes, formas de agir e interpretar seus acontecimentos diários, e ainda, bens móveis e imóveis que consideram representativos de suas histórias e, portanto, são herdados por seus descendentes. A transmissão desse patrimônio cultural, no entanto, é diversa e pode se dar diretamente entre dois ou mais indivíduos, ou ainda, através de guardiães da memória escolhidos ou impostos, com as funções de perpetuar um passado determinado, guardando ou conservando lembranças e objetos, considerados importantes para um determinado grupo cultural. O melhor exemplo de “guardião da memória” talvez seja o de um integrante de um núcleo familiar que, através de suas próprias recordações e ainda de objetos materiais (como fotos e documentos) cria narrativas sobre a trajetória familiar. Muitas vezes em meio a disputas com outros integrantes do mesmo núcleo, o guardião da memória pode tornar-se o indivíduo que possui maior legitimidade para pronunciar-se sobre assuntos do passado familiar, influenciando muitas vezes os futuros acontecimentos que envolvem seus descendentes.

Fenômenos semelhantes ocorrem no interior dos Estados nacionais. Guardadas as devidas proporções, verifica-se a necessidade de se criar identidades em comum para os integrantes de uma nação, o que leva à escolha e preservação de patrimônios culturais nacionais. Para guardar esse patrimônio, muitos Estados nacionais, após estruturarem-se, criaram agências estatais com essa função.

Estados nacionais, identidades e a criação dos órgãos de preservação dos patrimônios culturais

Com o fortalecimento de Estados nacionais europeus, durante o século XIX, intensificaram-se as discussões, principalmente na França e na Inglaterra.

ra, sobre a necessidade da definição e preservação de bens móveis e imóveis, que posteriormente integrariam seus “patrimônios históricos e artísticos nacionais”. Autores como Poulot (1997) e Pomian (1997) demonstram que as intervenções dos Estados Nacionais nesse sentido ocorreram já em fins do século XVIII, nos países anteriormente citados, com o objetivo de preservar alguns quadros e peças de museus, além de bens que pertenciam a colecionadores particulares que empenhavam grandes esforços em sua conservação. Outras fontes de preservação foram as instituições religiosas ou militares que, muitas vezes sem dispor das verbas necessárias para realizar modernizações e modificações em seus bens, mantiveram muitas das suas características iniciais.

Uma intensificação das discussões sobre a preservação ocorreu imediatamente após a Revolução Francesa, quando o Estado francês passou a preservar, através de legislação específica, objetos e bens imóveis em uma tentativa de perpetuar esse novo momento em oposição aos períodos anteriores de monarquia absoluta. Posteriormente, após muitas destruições, as políticas de preservação também buscam construir memórias sobre o Antigo Regime, salvando da destruição bens representativos da ostentação e do luxo em que vivia a nobreza e, conseqüentemente, a exploração sofrida pela população francesa antes do período revolucionário (CHOAY, 2001).

Desde a criação das primeiras instituições de preservação, no final do século XVIII, até os dias de hoje, em que já existem organismos supranacionais que atuam nessa esfera, caso da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), as concepções sobre a salvaguarda do patrimônio histórico e artístico sofreram muitas mudanças. No entanto, verificamos na atualidade a permanência e a efetividade da atuação das políticas de preservação em instituições nacionais. Esta característica faz com que as agências de preservação de patrimônios históricos e artísticos sejam espaços privilegiados de disputas em torno da memória e do conceito de nação. A formação desses órgãos, processo que contribui para a consolidação, ao mesmo tempo em que é fruto da construção dos Estados Nacionais, pode ser compreendida como uma necessidade de demarcar traços e características das identidades nacionais, através da eleição de bens a serem preservados. Mesmo após o primeiro momento de afirmação das nações, há uma permanente atuação dos governos nacionais nos assuntos relacionados ao patrimônio histórico e artístico, que faz parte de um processo maior de envolvimento constante na atualização e na construção da memória nacional.

Desta forma, torna-se impossível referir-se às questões teóricas relativas aos patrimônios históricos e artísticos nacionais, sem refletir sobre a questão nacional. Primeiramente, é necessário afirmar que o conceito de nação não se confunde com o de Estado nacional. Um mesmo Estado pode conter diversas nações, pois as nações, ao contrário dos Estados, não surgem de atos de vontades de um grupo, mas sim de um amplo processo histórico, geralmente, de longa duração (HOBBSAWN, 1990).

Ernest Gellner (1981) foi um dos primeiros autores a rejeitar a ideia de que o nacionalismo, definido por ele como “tipo muito nítido de sentimento e sensibilidade de lealdade e identificação, deduzido pelas modernas unidades políticas” (GELLNER, 1981, p. 44) surge a partir da emoção humana e procurou entender sua historicidade. Concluiu que os nacionalismos não se originam das nações, mas, em geral, contribuíram para sua criação (GELLNER, 1981, p. 44). Sua teoria do nacionalismo privilegia a esfera cultural, pois o autor acredita que com o declínio da estrutura social na modalidade primitiva/tradicional, a cultura proporciona um sentido de comunidade, constitui um foco de lealdade, fornecendo o sentido de pertencimento e lealdade na sociedade industrial moderna.

A cultura nacional procura criar unidade entre indivíduos que pertencem a classes, etnias e gêneros distintos em torno de uma mesma identidade. No entanto, muitas vezes não se consegue anular ou superar todas essas diferenças. A maioria das nações é formada por culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista e pela tentativa de supressão forçada das diferenças. Para a edificação de um nacionalismo, estas origens violentas devem ser esquecidas, prevalecendo o mito da união dos povos.

Além do passado histórico, outros elementos são necessários para a existência de uma nação. Seguindo alguns dos passos traçados por Gellner, Benedict Anderson (1989, p. 14-16) procura compreender a nação como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana.

Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão [...] A nação é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações... É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído [...] Finalmente, a nação é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e a exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal [...].

Para buscar as raízes da nação como comunidade imaginada, o autor elege dois sistemas culturais, considerados os mais relevantes: a comunidade religiosa e o reino dinástico. A escolha se justifica porque, “[...] ambos,

em seu apogeu, eram aceitos como verdadeiros quadros de referência, tanto quanto é, hoje em dia, a nacionalidade" (ANDERSON, 1989, p. 20). No entanto, segundo Anderson, em meados do século XVII, a fragmentação das comunidades religiosas e a ascensão de novas maneiras de se pensar o mundo através da simultaneidade (principalmente, com a difusão da leitura de romances), possibilitaram o surgimento da consciência nacional. Os adventos do capitalismo e das novas técnicas tipográficas aceleraram ainda mais esse processo que culminou com o surgimento das nações modernas.

Do surgimento da consciência nacional até a formação das sociedades contemporâneas, o nacionalismo passou por uma série de modificações e adaptações em função de regimes políticos e diversidades territoriais. No entanto, podemos identificar algumas continuidades. Toda nação moderna, por exemplo, possui representações próprias ou produtos culturais que se originam a partir de processos históricos de disputas entre grupos que procuram a todo o momento impor suas visões sobre da nação aos demais. A partir das recorrentes imagens das identidades e símbolos nacionais, verifica-se um processo de naturalização dessas representações. Nesse processo, a cultura nacional, muitas vezes, passa a ser vista como "expressão natural de um povo", sem historicidade.

Toda nação também possui linhagens ou tradições sempre muito remotas, que atendem a uma necessidade de localizar continuidades e permanências, principalmente, nas histórias das nações mais recentes. Eric Hobsbawm (1997) refere-se a algumas destas criações como "tradições inventadas", noção que pode apontar para uma oposição inadequada para analisar os complexos processos históricos que envolvem a criação ou a manutenção das tradições. Observa-se que ela pode induzir à ideia de que existem tradições "não-inventadas", naturais, espontâneas, o que seria o bastante para deixar de lado a historicidade do processo de construção das nações. Lencud (1994), por exemplo, questiona a própria existência das tradições tanto em sociedades ditas "tradicionais" como em sociedades complexas, uma vez que, para ele, não há diferenciação entre tradição e costume, pois a crença na existência de tradições pressupõe a passividade dos agentes sociais e uma permanência entre os mitos.

Dessa forma, embora negando essa oposição, algumas das reflexões de Hobsbawm (1997) podem ser aplicadas às análises que investigam a origem das tradições nacionais, se forem preservadas a historicidade da construção das identidades nacionais, a exemplo do que o autor realiza ao longo de sua obra.

Nos processos de construção das nações, tradições passam a ser exaltadas em oposição a muitas outras que são excluídas. São eleitos símbolos nacionais, como a bandeira, o hino, e monumentos, ou seja, "lugares de memória" (NORA, 1987-1992) que passam a ser preservados.

Autores como Riegl (1999) e Chastel (1980) detectam ligações entre as práticas de devoção e a eleição de símbolos das nações. O sentimento religioso ocidental de devoção às relíquias evocaria o sentimento de pertenc-

cimento a uma comunidade, inicialmente religiosa, e, posteriormente, nacional. Nesse processo, a história nacional foi amplamente utilizada para a eleição dos símbolos que, ao mesmo tempo, a ilustram e a “comprovam”. A criação de órgãos de preservação dos patrimônios históricos e artísticos nacionais representa um dos recursos a que recorrem os Estados Modernos nessa tentativa de legitimar determinadas representações sobre a nação.

Para José Reginaldo Santos Gonçalves (1996), nos discursos sobre identidade e memória nacionais, a nação é apresentada como uma entidade dotada de coerência e continuidades, e, assim, transformada em um “distante objeto de desejo” (GONÇALVES, 1996, p. 20). Para suprimir esta distância, são necessários objetos culturais como a literatura e o patrimônio nacionais. Esta tarefa seria interminável e, dessa forma, as narrativas nacionais estariam sempre sendo reelaboradas, assim como acontece com os mitos. A proteção do patrimônio constitui-se em um ato de compor a todo o momento a memória nacional, e, portanto, é fundamental investigar os agentes, as escolhas e as disputas envolvidos nesses processos.

Entre as primeiras discussões sobre preservação na França, em fins do século XVIII e as décadas de 60 a 90 do século XX, as concepções sobre o patrimônio de uma nação sofreram, evidentemente, diversas transformações. Acompanhando o debate, surgiram obras de caráter teórico sobre o patrimônio histórico e artístico nacional nos mais diversos campos. Nas áreas que possuem maior influência das técnicas, como a história da arte, a arquitetura e o urbanismo, há abundantes publicações, principalmente sob a forma de artigos, discutindo técnicas de restauração, a realização de inventários, formação de mão-de-obra e descrições de trabalhos realizados pelas instituições encarregadas de preservação pelo mundo.

Há, ainda, pesquisas nos campos das ciências sociais, da antropologia, da história, da museologia e da arquivologia. Estes trabalhos nasceram, principalmente, dos contatos interdisciplinares realizados entre os intelectuais das instituições de preservação e as Universidades, voltados para as relações entre os Estados nacionais e o patrimônio, incluindo-se, cada vez mais, questões ligadas à memória e identidade.

Se pensarmos nos bens tombados pelo patrimônio histórico e artístico nacional como uma coleção, principalmente de bens imóveis, selecionada e supervisionada pelo Estado, podemos utilizar, para entender a diversidade dos campos do saber que se dedicam ao tema, algumas das reflexões feitas por Pomian (1997, p. 12-13) sobre as coleções.

Les collections constituent donc pour nous un domaine sui generis dont l'histoire ne se réduit ni à celle des sciences, ni à celle de l'histoire. Elle est- ou plutôt elle devrait être – une histoire autonome concentrée sur les objets porteurs des significations, les sémiophores, sur leur production, sur leur circulation et sur leur “consommation”, qui, sauf cas

exceptionnels, se fait par l'intermédiaire du seul regard et n'entraîne donc pas de destruction physique. Histoire de la production des sémiophores, elle rencontre toutefois les histoires de l'art, des sciences et de l'histoire, car les sémiophores sont des œuvres d'art, évidemment, mais aussi des productions naturelles ou exotiques des vestiges du passé.

Segundo Pomian (1984), os colecionadores acumulam objetos para expor ao olhar e os conservadores comportam-se como guardas de tesouros. As coleções particulares e os museus destinam-se a manter em segurança, recolher, classificar e tornar acessíveis os objetos que perderam sua função inicial, mas merecem ser preservados, e a partir daí, tornam-se objetos valiosos, pois são semióforos, ou seja, “objetos que têm apenas o significado de que são vetores sem ter a mínima utilidade” (POMIAN, 1984, p. 22).

Poderíamos pensar os bens que constituem os patrimônios culturais a partir do mesmo raciocínio estabelecido por Pomian (1984) para as coleções. Os bens tombados são acumulados, em geral, pelos Estados nacionais, e, muitas vezes, modificam suas funções iniciais, adquirindo outros valores, como o de representação da identidade nacional ou de um passado mítico. Uma residência familiar, por exemplo, ao ser patrimonializada, pode tornar-se um símbolo de residências da mesma época ou documentar as formas de viver das famílias de sua localidade no momento de sua construção. São igualmente necessárias para os patrimônios culturais, as práticas de identificação, classificação e segurança – nesse caso realizada pela fiscalização permanente do imóvel a fim de verificar sua preservação. A rotinização de tais atividades originou em todo o mundo uma burocracia com treinamento técnico específico e com maneiras próprias de atuação em relação aos patrimônios históricos e artísticos nacionais (CHUVA, 2009).

Quando bens móveis ou imóveis são classificados como patrimônios, conferem materialidade às narrativas nacionais. Pierre Nora (1987-1992) acredita que existem tantas memórias quanto grupos e que as memórias são múltiplas e coletivas, mas ao mesmo tempo específicas e individuais. As histórias nacionais corresponderiam a memórias específicas, que ascendem em oposição a memórias que podem continuar subterrâneas, ou então serem enquadradas pela memória coletiva nacional. Segundo esse mesmo autor, os historiadores só se deram conta deste fato a partir da “ascensão” da historiografia, ou história da história.

O conceito de “lugar de memória”, forjado por Nora (1993), permite estabelecer uma maior relação entre a memória e a política. Em uma de suas muitas definições, aparece como lugar de um patrimônio comum. Poderíamos, dessa forma, pensar que os bens que integram o patrimônio histórico e artístico podem ser considerados como “lugares de memória”, pois são preservados a partir da definição de que pertencem à coletividade de uma cidade, Estado, nação ou até mesmo à humanidade. As construções que são

objetos de tombamento passam a ser também “lugares de memória”, pois assumem, a partir desse ato administrativo, as mesmas funções de outros bens simbólicos como datas cívicas, símbolos pátrios, personagens históricos e demais referências que integram as identidades nacionais ou regionais.

Da mesma forma que os lugares de memória, os bens tombados são fundamentais para a construção de identidades e, por isso, são alvos de disputas e enfrentamentos de diferentes grupos. Tais embates podem ser analisados como indícios de que não existe memória espontânea. A passagem da memória à história, e poderíamos acrescentar, de um bem móvel comum a um bem tombado pelo patrimônio artístico e histórico, não é natural, é voluntária e deliberada. O bem tombado torna-se, através das práticas de patrimonialização, um bem simbólico e assume valor de documento. Através da preservação de um bem cultural, eleger-se tanto o que foi marcante para a arquitetura e a história da arte, como o que fez parte da história das nações. Estas seriam, portanto, as duas concepções principais que iluminam as escolhas feitas nos processos de preservação: a artística e a histórica, ambas variáveis no tempo e no espaço. Segundo Dominique Poulot (1997, p. 17):

[...] penser un patrimoine, c'est envisager la rencontre de deux perspectives: celle de l'heritage primordial à s'approprier et celle d'un souvenir à laisser à la posterité, obsession commune qu' évoque parmi d'autres, en déplaçant la référence chrétienne à l'immortalité.

A escolha de bens imóveis, sítios urbanos ou cidades inteiras a serem preservados faz com que, a partir das perspectivas artísticas, históricas, e acima de tudo, políticas, do momento em que se realiza um determinado inventário para fins de preservação, procure-se “apagar” ou “perpetuar” representações de práticas de um passado linear ou ideal.

La définition du patrimoine répond à un propos pédagogique, celui de donner à voir la vérité enfin intelligible du passé. Mais elle revêt simultanément une dimension quasi eschatologique, car l'heritage ainsi construit fait lui-même figure de monument: il en appelle à l'avenir pour trouver confirmation de son triomphe (POULOT, 1997, p. 17).

Além da dimensão ideológica discutida até então, a construção dos patrimônios também esteve permanentemente ligada à tentativa de “salvar da destruição” bens móveis e imóveis que passaram a receber proteção jurídica com este fim. Os órgãos de preservação, através dos aparatos jurídicos, tentaram garantir às novas gerações uma espécie de “herança” através dos impedimentos legais de destruição, modificação e novas construções. Segundo Gonçalves (1996, p. 22-23):

[...] o presente foi visto como uma situação de perda progressiva, e a partir daí, estruturaram-se e legitimaram-se aquelas práticas de coleção, restauração e preservação de "patrimônios culturais" representativos de categorias sociais e grupos diversos.

Nesta tentativa de salvar da destruição, tornou-se possível a intervenção nos planos ou traçados das cidades baseada na legitimidade conquistada pelas práticas de preservação. Como afirma Monnet, "essas políticas [de preservação] têm a imensa vantagem de parecerem apolíticas" (MONNET, 1996, p. 116). Sendo assim, podem esconder diversos interesses particulares em jogo. Tornaram-se igualmente frequentes embates entre agentes sociais que pretendem materializar suas memórias através da preservação e os grupos que pretendem suprimi-los em nome do progresso, atitude estreitamente veiculada à especulação imobiliária.

Considerações finais

A relação entre as políticas preservacionistas e a formação dos Estados nacionais é um processo complexo e de mão-dupla. Os processos de construção das nações foram essenciais para a estruturação de políticas culturais e de uma burocracia dedicada à salvaguarda de bens móveis e imóveis que se tornaram patrimônios. Ao mesmo tempo, as práticas de salvaguarda contribuíram e contribuem para a construção das identidades nacionais, através da eleição de lugares de memória e da materialização de histórias ou narrativas nacionais construídas como coleções que compõem os patrimônios históricos e artísticos nacionais.

Através de processos de atribuição de valor, as agências de preservação determinam o que é significativo e, portanto, o que necessita ser preservado, assim como o que é insignificante, ou seja, passível de destruição. Estes valores permanecem ou modificam-se historicamente, através de conjunturas específicas, marcadas por permanentes disputas entre grupos que, em ascensão, procuram construir ou eliminar diferentes visões sobre a nação.

Referências

AGUIAR, Leila Bianchi. **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto**. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

CHASTEL, André. La notion de patrimoine. **Revue de l'art**, n. 49, 1980.

*Conhecimento & Diversidade, Niterói, n. 13, p. 79–89
jan./jun. 2015*

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e democracia**. Brasília: UNB, 1981.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 1996.

HOBBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: programas, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1997.

LENCLUD, Gérard. "Qu'est-ce que la tradition?" In: DETIENNE, Marcel. **Transcrire les mythologies**. Paris: Albin Michel, 1994. (Bibliothèque Albin Michel- Idées).

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 220-228, 1996.

NORA, Pierre (Org.) **Les lieux de memoire**. Paris: Gallimard, v. 7, 1987-1992.

_____. Pas de non-lieux pour la nouvelle histoire. **Liberation**, 18 février 1993.

POMIAN, Krzysztof. "Coleção". **Enciclopédia Einaudi, Memória-História**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.

_____. **Collectionnaires, amateurs et curieux: Paris/Venise XVI-XVIII siècle**. Paris: Gallimard, 1997.

POULOT, Dominique. **Musée, nation, patrimoine 1789-1815**. Paris: Gallimard, 1997.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1999.